

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da sessão de encerramento do 47º Curso de Defesa Nacional

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 19 de maio de 2023

É um gosto enorme estar de volta ao Instituto da Defesa Nacional para o encerramento do 47º do Curso de Defesa Nacional.

Começaria por deixar uma palavra de apreço a todos os auditores e auditoras aqui presentes, verdadeiros “embaixadores da Defesa”. Esta é uma formação concorrida e exigente, com um **efeito multiplicador incalculável na disseminação de temas de Segurança e Defesa**, razão pela qual a cerimónia de hoje se reveste também de especial simbolismo. A partir de agora, contamos com mais 37 especialistas que irão também dar o seu contributo para esta prioridade nacional de aproximação entre a Defesa Nacional e a sociedade.

Minhas senhoras e meus senhores

Ao longo deste Curso, discutiram-se as diversas componentes da Políticas de Defesa Nacional e Internacional, com um notável conjunto de oradoras e oradores.

Como estou certa que resultou evidente, a esta área de soberania subjazem pressupostos relativamente estáveis e duradouros. Mas a Política de Defesa Nacional tem também sabido adaptar-se às profundas mudanças no ambiente securitário internacional. Gostaria, por isso, de partilhar algumas **reflexões sobre este grau de adaptabilidade, sem perder o foco das principais prioridades que nos guiam diariamente.**

Começaria por assinalar **a brutal e injustificada invasão da Ucrânia** pela Rússia. Esta guerra tem tido consequências devastadoras a vários níveis em todo o mundo, desde a segurança alimentar e energética até à proliferação da desinformação. Tem

tido igualmente repercussões significativas para a ordem multilateral – incluindo graves violações dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, desde logo os próprios princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas.

Mas a guerra espoletou também mudanças significativas na arquitetura de segurança Euro-Atlântica, algumas das quais impensáveis até muito recentemente. Por um lado, deu origem a um **reforço significativo na cooperação entre a União Europeia e a NATO**, conforme refletido na Terceira Declaração Conjunta, assinada este ano. Este reforço verifica-se em áreas-chave como a Mobilidade Militar, na resposta a emergências complexas, mas também na coordenação de **entregas de material letal e não-letal à Ucrânia**.

Portugal tem estado envolvido, desde o início, em articulação com Aliados e Parceiros, no âmbito do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia e do Centro Internacional de Coordenação de Doadores. **Até à data, a Defesa Nacional coordenou a entrega de mais de 712 toneladas de material à Ucrânia, na sua maioria material militar. Está ainda iminente o envio de aproximadamente 270 toneladas de material adicional, incluindo munições e veículos, perfazendo um total de mais de 950 toneladas.**

Por outro lado, e talvez de forma mais significativa, a guerra levou à **adesão da Finlândia à NATO** – bem como à provável adesão da Suécia –, ao **abandono da neutralidade de Estados Membros da como a Dinamarca** no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, e a uma maior unidade e coesão da União Europeia em matéria de Defesa.

Um dos saltos qualitativos na integração da Defesa europeia foi a implementação do **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz** de que Portugal é participante ativo e que permitiu o inédito financiamento de Medidas de Assistência relativas a material letal para entrega a um país terceiro.

A União Europeia lançou, igualmente, em tempo recorde e num formato inovador, uma **Missão de Assistência Militar à Ucrânia** para corresponder a necessidades urgentes de treino das Forças Armadas ucranianas. Portugal encontra-se envolvido nesta missão, através do treino de soldados na Alemanha e na Polónia, em áreas como a instrução militar ou a inativação de engenhos explosivos.

Para além disso, têm estado a ser desenvolvidos **novos processos aquisitivos de capacidades** para reposição de *stocks* de guerra,

bem como para entrega à Ucrânia, segundo as necessidades identificadas pelos próprios ucranianos. Estes processos incluem um projeto piloto liderado pela Agência Europeia de Defesa para aquisição conjunta de munições, no qual Portugal também participa.

No entanto, **todas estas iniciativas europeias têm de ser acompanhadas por esforços paralelos a nível interno, nomeadamente, através do reforço orçamental nacional na área da Defesa.** Nesse sentido, importa notar que, entre 2014 e 2021, Portugal registou um aumento do investimento em Defesa de mais de 29%. Aliás, o Orçamento de Estado de 2023 para a Defesa Nacional cresceu em mais de 8%, apresentando a dotação inicial mais elevada desde 2010. Foi assim possível assegurar o papel de Portugal como produtor de segurança internacional, destacando-se o reforço superior a 20 milhões de euros nas contribuições para a União Europeia e para a NATO.

Este compromisso com os recursos necessários à prossecução das nossas prioridades é também manifesto através da proposta de **Lei de Programação Militar** que se encontra atualmente em discussão na Assembleia da República, e que assenta num aumento de 17,5% face à Lei em vigor – **o valor mais elevado de sempre.**

Este é o principal instrumento financeiro da Defesa Nacional para o investimento em meios e capacidades vitais ao cumprimento das missões de soberania e essenciais do Estado, assegurando assim a proteção dos portugueses de todo o tipo de ameaças e riscos, a recuperação de défices de manutenção, a garantia da sustentação de forças e capacidades.

Esta proposta garante ainda a dissuasão de ações que atentem contra a integridade do território nacional a par da vigilância e controlo do espaço estratégico de interesse nacional. Para além disso, privilegia o duplo uso e as operações conjuntas, e contempla programas de reequipamento orientados para missões de interesse público e de apoio à diáspora.

Sublinharia ainda a aposta na economia de Defesa e na inovação, assuntos prioritários para este Governo, como exemplificado pelo impacto esperado a esse nível decorrente da Lei de Programação Militar, mas também pela **Estratégia para a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, que aprovámos ontem em Conselho de Ministros**. A emergência de tecnologias disruptivas e a crescente importância de domínios como o ciber ou espaço, e a necessidade de proteção de infraestruturas críticas, como cabos submarinos de transmissão de dados, a isso nos convoca.

Gostaria de assinalar alguns dos contributos que Portugal tem prestado nesse âmbito, enquanto parte dos esforços das organizações às quais pertence, como a UE e a NATO.

Por um lado, participa em diversos **projetos da Cooperação Estruturada Permanente da União Europeia** na área das tecnologias, como é o caso do projeto EU CAIH. O seu resultado mais concreto consiste da Cyber Academia and Innovation Hub, que iremos apresentar publicamente no próximo dia 24 de maio. O seu propósito é estabelecer uma ponte entre cibersegurança e ciberdefesa ao mesmo tempo que interliga diferentes entidades do setor público e privado, com vista à formação, treino e exercícios; apoio à investigação, desenvolvimento e inovação; e ainda ao desenvolvimento industrial.

Estas atividades irão todas concorrer para a implementação da Estratégia Nacional de Ciberdefesa e para a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, em alinhamento com a política para a ciberdefesa da NATO, bem como com a Estratégia de cibersegurança da UE.

Por outro lado, Portugal integra os esforços da NATO em termos de desenvolvimento tecnológico, no âmbito do **Acelerador da Inovação no domínio da Defesa para o Atlântico Norte – o DIANA** – promovido pela NATO para apoiar o empreendedorismo de base tecnológica associado à Defesa. O nosso país acolhe também atualmente um **Centro de Testes, no Centro de Experimentação Operacional da Marinha**; bem como um **Acelerador, instalado na Arsenal do Alfeite**. Portugal é igualmente signatário do **Fundo de Inovação da NATO**, que irá investir em tecnologia de duplo uso em complementaridade com as atividades do DIANA.

Minhas senhoras e meus senhores,

A proliferação do terrorismo transnacional e a intensificação de crises humanitárias e de conflitos, em alguns casos ligadas à pirataria constituem outros riscos com os quais importa também lidar. Esta mistura explosiva ocorre em particular nas regiões do Golfo da Guiné e da África Ocidental. Aqui, Portugal assegura uma participação ativa através das Presenças Marítimas Coordenadas da UE em estreita ligação com a Iniciativa Mar Aberto, mas também através de diversas missões, operações e projetos de capacitação bilaterais e multilaterais no mar e em terra.

África permanece uma prioridade estratégica para Portugal, conforme refletido pela nossa presença multifacetada neste continente. Para tal, uma das nossas principais ferramentas são os

Programas-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa, que promovem a **capacitação** dos nossos parceiros locais.

Um exemplo é a missão do Navio Patrulha NRP Zaire em São Tomé e Príncipe, recentemente substituído pelo Navio Centauro e por uma lancha rápida. Esta ação permitirá reforçar o apoio de Portugal à segurança de São Tomé e Príncipe à dissuasão da pirataria marítima, contribuindo assim para a segurança no Golfo da Guiné.

Também não podemos esquecer o **agravamento das alterações climáticas**, com profundas consequências para a biodiversidade em terra e no mar, para os fluxos migratórios e para a segurança internacional. A Defesa Nacional está a trabalhar para lançar, até ao final do ano, uma estratégia sobre esta matéria, existindo já

uma diretiva e um prémio direcionado a galardoar boas práticas ambientais.

Por fim, gostaria de tocar num ponto fundamental, sem o qual não conseguimos dar corpo a nenhuma das áreas a que aludi – a componente humana. Não foi por acaso que optei por uma **Defesa Nacional centrada nas pessoas como uma das prioridades de ação para esta área governativa.**

Gostaria assim de sublinhar a recente **revisão do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar.** Estamos atualmente a implementar o alargamento do **Regime de Contrato Especial** de 5 para 15 áreas funcionais. Avançámos com **atualizações salariais** de militares e militarizados, havendo valorizações salariais que ascendem aos 11% para níveis remuneratórios mais baixos, e promovemos subidas de níveis remuneratórios na categoria de

Praças com um impacto positivo em cerca de 8 mil militares. Em conclusão de um objetivo há muito almejado, foram também recentemente criados os dois **novos Quadros Permanentes de Praças** do Exército e da Força Aérea.

Outro aspeto central diz respeito à **igualdade de género e à implementação efetiva da Agenda das Nações Unidas Sobre Mulheres, Paz e Segurança**. Portugal tem conseguido **aumentar o número de mulheres nas Forças Armadas** nos últimos anos, tendo atingido 14% em dezembro do ano passado, o que nos posiciona dentro da média da NATO. Para além disso, temos também vindo a reforçar a institucionalização da perspetiva de género através da implementação do **Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, revisto no último trimestre do ano passado**.

Minhas senhoras e meus senhores,

Saúdo uma vez mais todos os auditores aqui presentes, reforçando o desafio lançado para que **continuem a ser aliados da Defesa Nacional, promovendo uma maior aproximação a esta área de soberania.** E concluo, endereçando uma sincera palavra de gratidão e reconhecimento ao Instituto da Defesa Nacional, na pessoa da sua diretora, Professora Doutora Isabel Nunes, e a todos os que aqui trabalham, pelo excelente trabalho que desenvolvem em prol do conhecimento, da qualificação do debate público e de uma cidadania ativa nas áreas da segurança e defesa.

Muito obrigada.